

ACÓRDÃO Nº 38.420, DE 28/04/2021**PROCESSO SPE nº 014617.2016.2.000**

MUNICÍPIO: BELÉM

ÓRGÃO: PROMABEN – PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA DA ESTRADA NOVA

ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

EXERCÍCIO: 2016

RESPONSÁVEL: CANUTO CAVALCANTE BRANDÃO

CONTADOR: APARÍCIO JOSÉ FREITAS CRUZ

MPC: PROCURADORA ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

EMENTA: Prestação de Contas de Gestão. Contas Regulares com Ressalvas. Alvará de Quitação.

Vistos, relatados e discutidos os autos, **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da Sessão Virtual do Pleno, realizada nesta data, e nos termos do Relatório e Voto do Conselheiro Relator.

Decisão:

I- JULGAR REGULAR COM RESSALVA, de acordo com o art. 45, inciso II, da Lei Complementar nº 109/2016, as Contas do PROMABEN – PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA DA ESTRADA NOVA DE BELÉM, exercício 2016, de responsabilidade de CANUTO CAVALCANTE BRANDÃO.

II- EXPEDIR o competente ALVARÁ DE QUITAÇÃO pelas despesas ordenadas, em nome do Responsável no valor de R\$ 49.141.773,95 (quarenta e nove milhões, cento e quarenta e um mil, setecentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos).

ACÓRDÃO Nº 38.808, DE 25/11/2020**Processo nº 202003352-00**

Origem: Secretaria Municipal de Saúde de Juruti

Exercício: 2020

Remetente: Biomédica Belém Distribuidora de Produtos Biomédicos Ltda

Assunto: Denúncia

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Denúncia. Fundo Municipal de Saúde – FMS de Juruti. Exercício de 2020. Pela emissão de Medida Cautelar (arts. 95 da Lei Complementar 109/2016 c/c art. 1º, XVIII, 144, II e III, 145, II do Regimento Interno TCM/PA).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Relator.

Decisão:

I – Determinar Cautelamente, a sustação do Pregão Eletrônico nº 20203107002/SESMA – Processo nº 100/2020 – CPL/PMJ, promovido pela Secretaria Municipal de Saúde de Juruti, ate ulterior deliberação deste Tribunal de Contas, com base no art. 145, II, do RITCM-PA;

II – Notificar a Pregoeira da Prefeitura Municipal de Juruti, Sra. Varluce Augusta dos Santos, sobre a Medida Cautelar aplicada, devendo a mesma encaminhar imediatamente a este Tribunal de Contas, a comprovação da sustação do processo licitatório e remessa do mesmo a ser registrado no Mural de Licitações do TCM/PA, nos termos do art. 6º e incisos, da Resolução 11.535/2014;

III – Determinar a Notificação do gestor, para que no prazo de 5 dias, se manifeste acerca do conteúdo da informação supramencionada;

IV – Determinar ainda, aplicação de multa diária de 1.000 (um mil) UPF-PA, em caso de descumprimento desta decisão, de acordo com o art. 282, do RITCM-PA.

Protocolo: 35618**RESOLUÇÃO****RESOLUÇÃO Nº 15.311, DE 17/03/2020****Processo nº 201808424-00**

Denunciante: Promotoria de Justiça de Óbidos

Município: Óbidos

Exercício: 2018

Denunciado: Câmara Municipal de Vereadores

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Representação. Câmara Municipal de Óbidos. Exercício de 2018. Arquivamento.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão:

I – Pelo arquivamento da Representação remetida pela Promotoria de Justiça de Óbidos, haja vista a perda de objeto em razão da anulação do processo licitatório e consequente rescisão do contrato administrativo.

RESOLUÇÃO Nº 15.427, DE 29/06/2020**Processo nº 202002114-00**

Assunto: Consulta

Órgão: Câmara Municipal de Oriximiná

www.tcm.pa.gov.br

@tcmpara

Consultar via leitor de QR Code/este Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.

DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE

Interessado: Joanyr da Rocha Estumano –Presidente da Câmara de Oriximiná

Instrução: Diretoria Jurídica e Gabinete José Carlos Araújo

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

Exercício: 2020

EMENTA: Consulta. Câmara Municipal de Oriximiná. Exercício de 2020. Questionamentos: em relação à realização das Audiências Públicas, no período pandêmico, bem como, se os gestores municipais incorreriam em crime de responsabilidade fiscal, caso houvesse a aprovação e sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias –LDO, sem a realização da consulta pública estabelecida no artigo 48 da LRF, tendo em vista o período de pandemia causado pela Covid-19. Admissibilidade, Art. 298, 299 e 300, §2º, do RITCMPA.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Relator.

Decisão:

I -satisfatória a concessão de admissibilidade da consulta em apreço, posto que abarca entendimentos que servirão de orientação para os demais municípios do Estado do Pará, atingidos pela Covid-19, com fundamento nos artigos 298, 299 e 300, §2º, todos do regimento interno do TCM-PA;

II -as medidas de isolamento social em decorrência do Covid-19, não servem como fundamento para a inobservância da matéria determinada na Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, as audiências públicas devem acontecer por meios digitais/eletrônicos, respeitando todas as recomendações e orientações dos órgãos de saúde pública, no sentido de assegurar a transparência e participação popular, embora reconheça posicionamento diverso apresentado por outros doutrinadores, segue-se o mesmo sentido do entendimento elaborado no parecer emitido pela d. Diretoria Jurídica desta corte.

RESOLUÇÃO Nº 15.682, DE 28/04/2021

PROCESSO SPE nº 107001.2016.1.000

MUNICÍPIO: ABEL FIGUEIREDO

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL – EXERCÍCIO 2016

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO

RESPONSÁVEL: ADEILTON ATAIDE MATEUS

CONTADOR: FRANCISCO DE ASSIS PAULO DA SILVA

MPC: PROCURADORA ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

EMENTA: Prestação de Contas de Governo. Descumprimento das regras do art. 12 da LRF. Descumprimento do art. 20, inciso III, alínea “b”, da LRF. Descumprimento do art. 19, inciso III, da LRF. Descumprimento do Art. 42 da LC Nº101/2000. Não envio do comprovante do recolhimento da multa pelo descumprimento do TAG. Emissão de Parecer Prévio pela irregularidade das Contas. Notificar o Presidente da Câmara Municipal. Envio de cópias ao MPE.

Vistos, relatados e discutidos os autos, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da Sessão Virtual do Pleno, realizada nesta data, e nos termos do Relatório e Voto do Conselheiro Relator.

Decisão:

I - **EMITIR** Parecer Prévio recomendando a CÂMARA MUNICIPAL DE ABEL FIGUEIREDO, a considerar **IRREGULAR** as contas anuais de GOVERNO da PREFEITURA MUNICIPAL DE ABEL FIGUEIREDO, exercício financeiro de 2016, de responsabilidade de ADEILTON ATAIDE MATEUS, face o descumprimento do art. 20, III, “b”, da LRF; descumprimento do art. 19, III, da LRF; descumprimento do art. 42 da Lei Complementar Nº 101/2000.

II - **DETERMINAR** à Secretaria-Geral deste Tribunal, que após o trânsito em julgado desta decisão, NOTIFIQUE o Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE ABEL FIGUEIREDO, para que no prazo de 15 (quinze) dias, retire os autos junto a esta Corte de Contas, para processamento e julgamento, no prazo de 90 (noventa) dias, nos termos dos artigos 71, § 2º, da Constituição Estadual.

III - **REGISTRAR** que a Prestação de Contas de GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABEL FIGUEIREDO, exercício 2016, foram julgadas **IRREGULARES**, pelo Tribunal de Contas dos Municípios.

IV - **ENVIAR** cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para apuração de responsabilidades.

Protocolo: 35618



CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS ARAÚJO

PROCESSO : 202002114-00
ÓRGÃO : Câmara Municipal de Oriximiná
EXERCÍCIO : 2020
REMETENTE : Joanyr Da Rocha Estumano
ASSUNTO : Consulta Técnica

RELATÓRIO

Reportam os autos, sobre consulta formulada pelo Presidente da Câmara de Oriximiná, no exercício de 2020, Joanyr Da Rocha Estumano, representado por seu bastante procurador, Willian Gomes Penafort de Souza (fls. 23), nos seguintes termos:

... em relação à realização das Audiências Públicas, no período pandêmico, bem como, se os gestores municipais incorreriam em crime de responsabilidade fiscal, caso houvesse a aprovação e sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, sem a realização da consulta pública estabelecida no artigo 48 da LRF, tendo em vista o período de pandemia causado pela Covid-19.

Destaco que ao analisar o juízo de admissibilidade com fundamento nos artigos 298, 299 e 300, §2º, todos do regimento interno do TCM-PA, entendo satisfatória a concessão de admissibilidade da consulta em apreço, haja vista a importância do assunto em questão, posto que abarca entendimentos que servirá de orientação para os demais municípios do Estado do Pará, atingidos pela Covid-19.

No mérito, encaminhei a consulta à Diretoria Jurídica da Corte para manifestação, nos termos do art. 300, §4º do RITCM-PA.

Quanto as indagações formuladas, entendo que as medidas de isolamento social em decorrência do Covid-19, não sirva como fundamento para a inobservância

CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS ARAÚJO

da matéria determinada na Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, as audiências públicas devem acontecer por meios digitais/eletrônicos, respeitando todas as recomendações e orientações dos órgãos de saúde pública, no sentido de assegurar a transparência e participação popular, embora reconheça posicionamento diverso apresentado por outros doutrinadores, sigo o mesmo sentido do entendimento elaborado no parecer emitido pela douta Diretoria Jurídico desta corte.

Por fim, ratifico o entendimento manifestado e acima destacado pela Diretoria Jurídica na sua integralidade, conforme consta minuciosamente no relatório em anexo. Feitas tais considerações, submeto o parecer à deliberação deste egrégio plenário.

Belém, 29 de Julho de 2020.

José Carlos Araújo

Conselheiro – TCM/PA